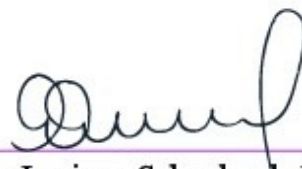


CERTIFICADO

3° SEMINÁRIO

CATARINENSE DE ESTUDANTES DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Certificamos que **Gabriella Janete Espindula** participou do **3o. Seminário Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis *Contabilidade: Inovação e Tecnologia***, realizado em modalidade online de 25/04/2023 a 27/04/2023, como **Apresentador(a) de Trabalho(s)**, tendo apresentado o trabalho **Expressividade E Nível De Evidenciação Obrigatória E Voluntária Das Provisões E Passivos Contingentes Nas Companhias De Capital Aberto Brasileiras**, com carga horária de 2hs.



Marisa Luciana Schwabe de Moraes
Presidente do CRCSC

Realização:



*A força contábil unida
pela valorização.*

Apoio:



Expressividade e nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras

Gabriella Janete Espindula
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
gabriellaespindula@hotmail.com

Maíra Melo de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
mairameloufsc@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a expressividade e o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isto, foram elaboradas duas listas de verificação conforme as disposições do pronunciamento contábil CPC 25. A evidenciação obrigatória é pertinente as provisões e passivos contingentes possíveis, já a evidenciação voluntária foi analisada por meio da divulgação dos passivos contingentes remotos, considerando que o CPC 25 não obriga a sua divulgação em notas explicativas. Foram analisadas qualitativamente as notas explicativas de uma amostra de 406 empresas listadas na B3, relativas ao exercício de 2021. Os resultados demonstraram que, em relação a evidenciação obrigatória, as companhias ainda precisam melhorar o nível de divulgação em notas explicativas, para atender plenamente o CPC 25. No que tange à divulgação voluntária dos passivos contingentes remotos, os setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico apresentaram maior média de evidenciação e maior média de expressividade, o que pode representar possíveis tendências destes setores a divulgar suas contingências remotas. Também foi observado que os tipos mais recorrentes de provisões e passivos contingentes possíveis e remotos existentes nas companhias da amostra são respectivamente: trabalhistas, cíveis e tributários.

Palavras-chave: Provisões; Passivos Contingentes; CPC 25; Evidenciação Contábil (Disclosure).

Linha Temática: Evidenciação contábil (disclosure)

1 INTRODUÇÃO

Provisões são passivos em que existe incerteza quanto ao prazo de vencimento ou valor. Já os passivos contingentes são possíveis obrigações que serão confirmadas por um ou mais eventos incertos e não controlados pela entidade, ou nos casos em que existe uma obrigação presente que não foi passível de mensuração confiável ou sua saída de recursos não é provável (CPC 25, 2009).

O tema provisões e passivos contingentes, é normatizado no Brasil pelo Pronunciamento Técnico Contábil CPC 25, possuindo correlação com a norma internacional IAS 37 (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*) do *International Accounting Standards Board* (IASB).

No Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), é estabelecido como a empresa deve reconhecer e mensurar suas provisões e seus passivos contingentes, além disso, a norma ainda estabelece os requisitos mínimos de divulgação, visando auxiliar os usuários externos na análise e tomada de decisões (CPC 25, 2009).

Um dos principais objetivos da normatização do CPC 25, é assegurar que os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada para provisões e passivos contingenciais sejam aplicadas e que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas, para que possa permitir que os usuários externos compreendam a natureza, valor e a oportunidade das contingências que são envolvidas (CPC 25, 2009).

Gelbcke *et al.* (2018) explicam que para reconhecer uma provisão é necessário que seja provável uma saída de recursos para quitar tal obrigação e uma mensuração confiável do valor precisa ser passível de ser realizada. Já os passivos contingentes não devem ser reconhecidos contabilmente, em virtude de se tratarem de possíveis obrigações que ainda serão confirmadas futuramente com base em fatos que não são de controle da empresa. Contudo, a situação dos passivos contingentes deve ser monitorada pela entidade, considerando que as estimativas podem mudar e o fato se tornar uma obrigação provável passível de reconhecimento.

Considerando os potenciais impactos que os passivos contingentes e as provisões podem ocasionar no resultado do exercício, a adequada divulgação destas informações vem sendo cada vez mais requerido pelo mercado, visto que auxilia os usuários externos a realizarem uma interpretação mais amplificada quanto ao desempenho da organização, levando em consideração que o resultado exerce relevante representatividade sobre o futuro de uma empresa (MESQUITA; CARMO; RIBEIRO, 2018).

Neste contexto, Hendriksen e Van Breda (2018) explicam que os investidores buscam por empresas que apresentam uma maior transparência nos seus relatórios contábeis. Uma política de divulgação adequada e completa pode proporcionar uma relação direta entre a empresa e os usuários externos. A este respeito, Suave *et al.* (2013), destacam que para que os usuários externos obtenham informações mais claras e precisas sobre os riscos relacionados aos passivos contingentes de determinada empresa, faz-se necessária a divulgação envolvendo os valores contingenciais, tendo em vista que apenas os usuários internos possuem acesso as estimativas de riscos relacionadas a atividade da empresa, dessa forma, a divulgação adequada diminui a assimetria informacional entre usuários externos e internos.

A Comissão de Valores Mobiliários (CMV) acompanhou atentamente os impactos da Covid-19 nos mercados de capitais, em especial no mercado brasileiro. Ela observou que algumas empresas sob sua regulação poderiam estar sujeitas a impactos econômicos e financeiros causados pela pandemia. Tais impactos refletem nas demonstrações financeiras

das companhias registradas, podendo ser ocasionados, dentre outros fatores, por provisões e passivos contingentes (CVM, 2020).

Kuerzi (2020), sócio-diretor do Departamento de Práticas Profissionais da KPMG no Brasil, explica algumas implicações contábeis que a Covid-19 trouxe para as empresas na preparação das demonstrações financeiras, destacando que a proporção que a pandemia causou no mundo faz com que elas tenham que tomar importantes decisões. Ele detalha que as consequências e incertezas econômicas resultantes da pandemia causam impactos que podem ser considerados passivos contingentes, e ressalta que tais passivos contingenciais podem posteriormente se tornar provisões a serem reconhecidas no balanço patrimonial.

Considerando o exposto e visando contribuir com o tema, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a expressividade e o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras? O objetivo desta investigação é analisar a expressividade e o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras.

A evidenciação de informações contábeis permite reduzir as assimetrias de informações existentes entre usuários externos e internos (SCHIPPER, 2007). Nessa concepção, a divulgação contábil é o meio que permite as empresas se comunicar com seus usuários externos, demonstrando respeito e transparência aos interessados, desenvolvendo assim mecanismos na intenção de atingir suas finalidades estratégicas (SOUSA *et al.*, 2014).

A presente pesquisa possui relevância de cunho econômico e social levando em consideração a crise econômica que se instalou no Brasil e no mundo, no ambiente pandêmico de Covid-19. De acordo com notícia divulgada pelo Jornal Valor Econômica (2021), o prejuízo com provisões para perdas judiciais cresceu em 88 bilhões no ano de 2020, ápice da pandemia. Nessa perspectiva a realização de pesquisas abordando o tema provisões e passivos contingentes são pertinentes, considerando que a falta de divulgação destas informações pode conduzir uma tomada de decisões imprecisas e/ou equivocadas.

A falta de divulgação sobre os passivos contingentes ou a falta de clareza em sua evidenciação pode influenciar nas tomadas de decisões realizadas pelos usuários da informação contábil (VIVIANI; FERNANDES, 2014). Considerando o exposto, a presente pesquisa apresenta um mapeamento completo abrangendo o nível de evidenciação obrigatória e voluntária e a expressividade das provisões e passivos contingentes na totalidade das companhias abertas brasileiras listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Gelbcke *et al.* (2018), explicam a diferença entre provisões e passivos contingentes, esclarecendo que a parte a qual não há certeza se resultará numa obrigação presente para a entidade são classificadas como passivos contingentes, sendo apenas divulgados em notas explicativas. Já as provisões consistem em obrigações presentes que necessitam de estimativas para avaliar o seu respectivo valor, por ser provável a saída de recursos para quitar a obrigação, as provisões devem ser reconhecidas contabilmente, além de divulgadas em notas explicativas.

Leite (2018) ressalta que as provisões diferem dos outros passivos pelo motivo de existir incerteza em relação ao prazo ou montante futuro a ser desembolsado. Dessa forma, quando se tratar de provisões, sempre existirá um grau de incerteza. Já os passivos que não

constituem provisões, possuem um grau de certeza significativamente superior quanto ao valor ou vencimento.

Já no que compete aos passivos contingentes, de acordo com o CPC 25 (2009), para cada um a entidade fica sujeita a divulgar uma breve descrição de sua natureza, e qual o efeito de acordo com as regras de mensuração. A regra para os passivos contingenciais é que eles apenas devem ser divulgados em notas explicativas, a única exceção é nas situações em que as chances de ocorrência da obrigação sejam remotas (nulas), nestes casos o CPC 25 não requer a evidenciação em notas explicativas, a menos que a entidade deseje realizar de forma voluntária.

A este respeito, Marion (2009) ressalta que a divulgação por intermédio das notas explicativas possui um papel fundamental na análise efetuada pelos usuários externos da informação contábil e tem papel enriquecedor nos relatórios contábeis.

Nessa linha de raciocínio, o CPC 25 (2009) orienta que os passivos contingenciais e as provisões devem ser monitorados, o referido pronunciamento explica que uma obrigação possível (que atualmente foi divulgada como passivo contingente) pode posteriormente se tornar provável e requerer o reconhecimento contábil o que afetaria o resultado do exercício. Da mesma forma, as estimativas das provisões também podem mudar, o que também acarretaria consequências de ajustes que seriam necessários para refletir a situação de forma fidedigna. Por isso a importância do controle e acompanhamento dos passivos contingentes e provisões.

2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL (*DISCLOSURE*)

As informações contábeis devem ser úteis para o processo de tomada de decisão, além disso, elas devem ser divulgadas de forma clara, relevante, íntegra, completa, preditiva e fundamentar a administração de uma organização a fim de analisar a evolução do seu patrimônio (OLIVEIRA; MÜLLER; NAKAMURA, 2000).

Nesta concepção, Pereira e Silva (2006) explicam sobre o principal objetivo da contabilidade que é proporcionar informações necessárias para as deliberações, ressaltando que o *disclosure* é condição essencial para o alcance deste objetivo. Eles salientam que é por meio de uma evidenciação adequada que se é promovida uma maior transparência, legibilidade e compreensão das informações tornadas públicas, fazendo com que os usuários externos possam ter uma base confiável para apoiar suas decisões.

Lopes e Martins (2005) afirmam que a falta de evidenciação contábil nas companhias pode gerar assimetria informacional, em vários casos decorrentes de conflitos de agência existentes entre usuários internos e externos. Os conflitos de agência são explicados pela teoria da agência, que segundo Pinto e Pires (2000), diz respeito ao relacionamento entre o principal e o agente, a partir desse relacionamento podem surgir os problemas de conflitos de agência quando os interesses do agente são diferentes dos interesses do principal, nesse ambiente de interesses divergentes, a assimetria da informação é uma das situações que normalmente está presente.

Hendriksen e Van Breda (2018) explanam que a assimetria da informação, ocorre quando nem todos os fatos são conhecidos por ambas as partes (principal e agente), isso ocorre quando a informação é divulgada de forma incompleta. O agente está ligado diretamente às negociações no dia a dia da empresa, enquanto o principal depende da informação que o agente lhe passar. Os agentes são os usuários internos, visto que o principal (acionistas) confia a eles a tarefa de tomar decisões na empresa.

A teoria da evidenciação ou *disclosure* diz respeito a transparência e divulgação de informações e pode ser aplicada de duas formas: obrigatória, que é a evidenciação de informações por imposição legal; ou, voluntária, que é a evidenciação extralegal realizada por decisão da gestão da empresa. (FABRE; ROSA; BORNIA, 2016).

Dessa forma, a divulgação obrigatória está intimamente relacionada com o atendimento da evidenciação solicitada pelas normas de contabilidade, sendo entendida como divulgação compulsória (PEREIRA, 2008). Já a evidenciação voluntária é realizada facultativamente pelas empresas (VERRECCHIA, 2001).

Moura *et al.* (2012), ressaltam que o *disclosure* voluntário é importante para o sucesso individual das companhias, principalmente em relação aos fatores críticos de sucesso e as tendências que as norteiam, considerando que os estudos sugerem que os investidores possuem mais confiança em empresas mais transparentes.

Diante do exposto, depreende-se que o *disclosure* obrigatório e voluntário das provisões e passivos contingentes das empresas de capital aberto brasileiras possui papel crucial no mercado de capitais, considerando o potencial impacto no resultado que elas podem gerar, a divulgação destas informações possui o poder de afetar as decisões dos usuários externos.

2.3 ESTUDOS SIMILARES

Para obtenção das pesquisas similares foi realizado um levantamento na base *ScientificPeriodicals Eletronic Library* (SPELL) e no Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas no levantamento foram: Provisões; Passivos Contingentes; CPC 25; IAS 37; Evidenciação Contábil (*Disclosure*). A pesquisa retornou 04 artigos semelhantes a presente investigação. A Tabela 1 demonstra os estudos identificados.

Tabela 1 - Pesquisas semelhantes

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Prado (2015)	Identificar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais durante o período de 2002, 2006, 2010 e 2012, na evidenciação dos riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes das empresas.	Os resultados mostram que as empresas tiveram evolução em sua divulgação de riscos potenciais principalmente nos anos de 2002 e 2006 devido a modernização da regulamentação contábil neste período. Nos anos de 2010 e 2012 houve uma melhora, e passou a divulgar ao mercado de forma mais detalhada. Dessa forma, os autores verificaram que as empresas apresentaram uma curva de aprendizagem conforme a evolução da legislação.
Oliveira (2016)	Verificar o atendimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes das empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro - BM&FBOVESPA S.A. O período analisado foi o ano de 2014.	A partir dos resultados analisados, os autores apontaram que a média do índice de evidenciação é de 61%, e que das 18 empresas analisadas, 12 obtiveram seus índices acima da média e 6 companhias ficaram abaixo.
Rosa e Souza (2017)	Verificar a representatividade e o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras, do exercício de 2015.	A partir dos resultados analisados foi possível perceber que o grau de representatividade dos passivos contingentes fiscais é relativamente maior do que os provisionamentos fiscais. E que quanto maior o prejuízo fiscal, menor sua transparência.
Sanson e Souza (2018)	Identificar características associadas com o nível de evidenciação dos passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras. O período analisado foi o ano de 2016.	Os resultados apontaram uma alta concentração dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%); trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) na amostra analisada. Também apontaram que as entidades as quais apresentam mais obrigações com terceiros, possuem uma média superior de divulgação dos passivos contingenciais. Verificou-se que a maior média de evidenciação foi nos setores de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,07%).

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos estudos levantados.

Tendo como base os estudos anteriores demonstrados na Tabela 1, é possível destacar que muitas empresas ainda não estão adequadas nas suas formas de divulgação das suas práticas contábeis, mesmo a evidenciação possuindo caráter obrigatório. As pesquisas demonstram que a maneira completa como exige o CPC 25 não está sendo seguida por muitas empresas de diferentes ramos de atuação, o que prejudica os usuários externos da contabilidade, principalmente com os investidores.

A este respeito, os estudos revelaram que grande parte das empresas ainda não divulgam a natureza das provisões e dos passivos contingentes, ou seja, não estão seguindo a norma de forma adequada. Essa situação torna relevante a realização de pesquisas atualizadas sobre o tema, sendo necessário abordar tanto a divulgação obrigatória como a voluntária.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva. Gil (2008) explica que esse tipo de pesquisa possui como principal objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relação entre variáveis. O autor salienta também que as pesquisas descritivas são realizadas de acordo com a atuação prática.

A abordagem do problema é qualitativa. Richardson (2014) explana que uma pesquisa de cunho qualitativo pode ser caracterizada como uma tentativa de compreender de forma mais detalhada o significado e características de determinadas situações, a análise do pesquisador é essencial neste tipo de investigação.

No que diz respeito à obtenção dos dados, a pesquisa se classifica como documental, visto que foram analisadas as Notas Explicativas, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial das companhias componentes da amostra. O ano analisado foi 2021.

3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Este tópico contempla as Listas de Verificação que serviram como instrumento de análise para mensurar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes. O presente estudo se utilizou de duas listas de verificação: i) uma para avaliar a divulgação obrigatória das provisões e passivos contingentes com chances possíveis, e ii) uma lista de verificação para mensurar o nível de divulgação voluntária pertinente a informações sobre passivos contingentes com chances remotas (visto que o CPC 25 não obriga a divulgação de tais informações). Esta seção também contempla a forma como foi calculada a representatividade dos valores pertinentes as provisões e passivos contingentes identificados nas companhias da amostra.

3.2.1 Instrumentos de pesquisa para análise da evidenciação obrigatória e voluntária

A Lista de Verificação para mensuração da evidenciação obrigatória das provisões e passivos contingentes com chances possíveis foi elaborada com base nas determinações de divulgação emanadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25. A Tabela 2 apresenta o instrumento para medir o nível de evidenciação obrigatória.

Tabela 2 - Lista de verificação pertinente a divulgação obrigatória

Evidenciação das Provisões
Valor contábil no início do período.
Valor contábil no fim do período.
Provisões adicionais feitas no período.

- _____ Aumento nas provisões existentes (se houver).
- _____ Valores utilizados durante o período, ou seja, incorridos ou baixados contra a provisão.
- _____ Valores não utilizados revertidos durante o período.
- _____ Aumento durante o período no valor descontado a valor presente.
- _____ Efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
- _____ Breve descrição da natureza da obrigação.
- _____ Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.
- _____ Indicação de incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas.
- _____ Qualquer valor de reembolso esperado.

Evidenciação Obrigatória dos Passivos Contingentes (chances possíveis)

- _____ Na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente.
- _____ Estimativa do seu efeito financeiro (valor).
- _____ Indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.
- _____ Possibilidade de qualquer reembolso.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas exigências de divulgação contidas no CPC 25 (2009).

Dessa forma, a Lista de Verificação pertinente a divulgação obrigatória, exposta na Tabela 2, possui 12 itens de análise sobre a evidenciação das provisões, os quais esclarecem o que deve ser apresentado e divulgado pelas entidades em suas demonstrações, e possui itens de divulgação obrigatória dos passivos contingentes (chances possíveis), o que contempla o mínimo de evidenciação que as companhias precisam realizar em suas notas explicativas.

Outra Lista de Verificação foi elaborada para mensurar o nível de divulgação voluntário atinente aos passivos contingentes remotos, considerando que para tais contingências a divulgação não possui caráter obrigatório conforme o CPC 25. Qualquer evidenciação realizada pelas companhias a respeito de contingências consideradas remotas são caracterizadas como de natureza voluntária. A Tabela 3 demonstra a Lista de Verificação.

Tabela 3 - Lista de verificação referente a divulgação voluntária

Evidenciação dos Passivos Contingentes Remotos (chances remotas)

- _____ Na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente.
- _____ Estimativa do seu efeito financeiro (valor).
- _____ Indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas exigências de divulgação contidas no CPC 25 (2009).

A Lista de Verificação referente a divulgação voluntária exposta na Tabela 3, possui 3 itens de análise sobre a evidenciação dos passivos contingentes remotos (chances remotas) na intenção de analisar se as companhias estão divulgando voluntariamente estas informações.

3.2.2 Técnica para avaliar a expressividade das Provisões e Passivos Contingentes

Para cálculo da representatividade, em cada empresa componente da amostra, foi realizada a divisão do valor total das provisões reconhecidas em relação ao total do passivo (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante). Esta abordagem é adotada para provisões pelo fato delas já terem sido reconhecidas, dessa forma, é possível ver a sua representatividade (expressividade) em relação ao total de obrigações constantes no Balanço Patrimonial das empresas componentes da amostra.

Para os passivos contingentes em que as chances de ocorrência são possíveis foi verificado o valor total evidenciado em notas explicativas e realizada a divisão pelo valor do Lucro Líquido do Exercício. Em adição, também foi analisado o valor total dessas contingências possíveis dividido pelo valor do Patrimônio Líquido.

A análise da expressividade das contingências remotas, foi pela mesma metodologia

usada para os passivos contingentes em que as chances são possíveis, pelo valor total das contingências dividido pelo Lucro Líquido Exercício e o valor total das contingências dividido pelo e pelo valor do Patrimônio Líquido.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para medir o nível de evidenciação, foram calculados os índices de evidenciação pertinentes a divulgação obrigatória e voluntária. Para isto, foi utilizada a metodologia usada na pesquisa de Souza e Borba (2017), na qual atribui-se 1 para os itens evidenciados pelas companhias, 0 para os itens não evidenciados e, NA (não se aplica) nos casos em que a companhia afirmar que não possui determinada situação, e, portanto, não teria obrigatoriedade de divulgar. Para cada empresa da amostra foi calculado o nível de evidenciação obrigatória (para provisões e passivos contingentes possíveis) e voluntária (nos casos em que ela possuir passivos contingentes remotos). A fórmula utilizada está demonstrada a seguir.

$$\text{Índice de Divulgação} = \frac{\text{Pontuação obtida}}{(\text{Total} - \text{NA})}$$

Após a mensuração dos níveis de evidenciação obrigatória e voluntária de cada uma das empresas da amostra, foi possível realizar a análise conjunta da evidenciação com a expressividade das provisões e passivos contingentes. Em adição, foi realizada uma análise por setor de atuação. A fonte dos dados desta pesquisa foram as Notas Explicativas, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP) referentes ao ano de 2021.

3.4 AMOSTRA DE PESQUISA

A amostra de pesquisa é constituída por todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que possuem provisões e/ou passivos contingentes divulgados em suas notas explicativas no exercício social de 2021.

Na data de 12/10/2022 existiam 474 companhias listadas na B3, foi realizada uma análise minuciosa das notas explicativas de cada uma delas visando identificar quais informaram possuir provisões e/ou passivos contingentes no ano de 2021. Da verificação atenciosa de cada uma das notas explicativas, observou-se que 411 companhias possuíam provisões e/ou passivos contingentes. Destas, 5 foram retiradas da amostra pelo motivo que suas demonstrações não estavam disponíveis no momento da coleta, desta forma, a amostra final de pesquisa perfaz 406 companhias. A Tabela 4 demonstra a amostra de pesquisa por setor de atuação.

Tabela 4: Amostra de pesquisa por setor de atuação

Setor	Quantidade
Bens Industriais	72
Comunicações	10
Consumo Cíclico	82
Consumo Não Cíclico	28
Financeiro	65
Materiais Básicos	28
Petróleo. Gás e Biocombustível	12
Saúde	24
Tecnologia da Informação	17
Utilidade Pública	68
Total	406

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A amostra da pesquisa está composta por 406 empresas separadas por setor de atuação, como demonstrado na Tabela 4. Cada uma das companhias foi analisada minuciosamente, o que permitiu obter os resultados pertinentes a expressividade e nível de evidenciação obrigatória das provisões e dos passivos contingentes com chances possíveis e a divulgação voluntária e expressividade dos passivos contingentes remotos.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Natureza das provisões e passivos contingentes possíveis (PCP) e remotos (PCRem.) identificados na pesquisa

Foram identificados os tipos de provisões e passivos contingentes possíveis e remotos evidenciados pelas companhias da amostra. A Tabela 5 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 5: Tipos de Provisões e Passivos Contingentes Possíveis e Remotos Identificados na Pesquisa

Natureza/Tipos	Natureza das Provisões e Passivos Contingentes Possíveis e Remotos Identificados			
	Provisões	PCP	PCRem.	Total
Cível	337	321	17	675
Tributária	312	309	16	637
Trabalhista	409	353	18	780
Ambiental	44	43	1	88
Regulatórias	29	21	0	50
Societárias	1	0	0	1
Fundiárias	2	0	0	2
Outros	16	7	0	23
Não especificado	4	7	2	13
Total	1154	1061	54	2269
Percentual	50,86%	46,76%	2,38%	100,00%

Legenda: PCP = Passivos Contingentes Possíveis; PCRem. = Passivos Contingentes Remotos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

É possível observar na Tabela 5 os resultados encontrados em relação à natureza das provisões e passivos contingentes possíveis e remotos, onde foram evidenciados tipos diferentes de natureza, entre eles: cíveis, tributária, trabalhista, ambiental, regulatórios, societárias, fundiárias, outros e algumas empresas não identificaram o tipo de natureza.

No que diz respeito as provisões e aos passivos contingentes possíveis e remotos pode-se observar na Tabela 5 que os tipos mais recorrentes existentes nas companhias da amostra são, respectivamente: trabalhista, cível e tributária. É mister mencionar também a categoria ambiental, em quantidade um pouco menos expressiva, ela apresenta números consideráveis de provisões (44) e passivos contingentes possíveis (43).

Os resultados encontrados na presente pesquisa corroboram aqueles encontrados no estudo de Sanson e Souza (2018), que analisaram apenas os passivos contingentes. Sanson e Souza (2018) também identificaram que os tipos de natureza trabalhista, cível e tributária representaram a maior parcela existente, variando apenas na ordem de classificação, e relataram que a natureza ambiental apareceu em menor quantidade na amostra estudada.

A Tabela 5 permite observar que algumas empresas reconheceram provisões e evidenciaram passivos contingentes possíveis de natureza regulatória. Em menores proporções também houve divulgações de natureza societária, fundiária e algumas indicadas como “outros” por algumas companhias da amostra analisada. Também se constatou que algumas empresas não especificaram o tipo (natureza) de provisões (4), passivos contingentes possíveis (7) e remotos (2) existentes.

No que tange aos valores totais, é possível identificar na Tabela 5 que a maior proporção existente corresponde as provisões (50,86%), seguida dos passivos contingentes possíveis (46,76%) e em menor proporção os passivos contingentes remotos (2,38%). Ressalta-se que a divulgação das provisões e dos passivos contingentes possíveis possui natureza obrigatória, já os passivos contingentes remotos possuem natureza voluntária.

4.2 Análise da evidenciação e da expressividade das provisões

A Tabela 6 apresenta a média de nível de evidenciação e a média de expressividade das provisões em relação ao total dos passivos, separados por setores de atuação, sendo estes: Bens Industriais, Comunicações, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Financeiro, Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde, Tecnologia da Informação e Utilidade Pública.

Tabela 6: Média nível de evidenciação e expressividade das provisões por setor

Setor de atuação	Quantidade	Média Nível Evidenciação	Média Expressividade
Bens Industriais	65	44,00%	5,71%
Comunicações	10	45,83%	3,89%
Consumo Cíclico	81	46,30%	4,30%
Consumo Não Cíclico	27	46,30%	10,51%
Financeiro	60	47,03%	6,03%
Materiais Básicos	27	46,60%	2,70%
Petróleo. Gás e Biocombustível	12	40,28%	2,25%
Saúde	24	56,25%	2,83%
Tecnologia da Informação	17	52,94%	3,27%
Utilidade Pública	63	59,66%	3,05%
Quantidade Total	386	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

É possível perceber que os setores com maiores níveis de evidenciação das provisões são, respectivamente: Utilidade Pública, Saúde e Tecnologia da Informação. Mas ainda assim, nenhum setor obteve média de nível de divulgação das provisões superior a 60%, o que mostra que as empresas ainda precisam melhorar no que tange a evidenciação obrigatória das provisões, para atender plenamente o CPC 25.

No que compete a expressividade, os resultados demonstram que, em média, a maior representatividade das provisões está nos setores de Consumo Não Cíclico, Financeiro e Bens Industriais, respectivamente. Nenhum destes setores obteve média de nível de evidenciação superior a 50%, sugerindo que tais setores ainda não estão atendendo plenamente o CPC 25, apesar de possuírem as proporções mais expressivas de provisões identificadas na pesquisa.

4.3 Análise da evidenciação e da expressividade dos passivos contingentes possíveis

A Tabela 7 apresenta a média por setor da evidenciação e expressividade dos Passivos Contingentes Possíveis em relação ao Resultado e ao Patrimônio Líquido das empresas componentes da amostra, sendo separadas por setor de atuação e calculadas separadamente por lucro, prejuízo, patrimônio líquido positivo e patrimônio líquido negativo.

Tabela 7: Média por setor da evidenciação e expressividade dos PCP em relação ao Resultado e PL

Setor de atuação	Evid. e Express. Resultado		Evid. e Express. PL	
	Lucro	Prejuízo	PL+	PL-

	Qtd.	L	Evid.	Qtd.	P	Evid.	Qtd.	PL+	Evid.	Qtd.	PL-	Evid.
Bens Ind.	47	600,17%	46,81%	19	160,99%	47,37%	54	70,89%	48,15%	12	194,69%	41,67%
Comunicações	7	218,22%	37,50%	3	311,10%	50,00%	8	18,87%	39,29%	2	2155,00%	50,00%
Consumo Cíclico	54	142,08%	43,98%	26	1194,27%	47,12%	67	28,12%	44,78%	13	67,59%	46,15%
Consumo Não Cíc.	26	577,11%	48,08%	1	1046,62%	50,00%	24	24,68%	48,96%	3	944,09%	41,67%
Financeiro	48	135,88%	47,92%	11	3371,58%	43,18%	57	50,55%	46,93%	2	40221,29%	50,00%
Materiais Básicos	23	443,96%	45,65%	3	98,64%	50,00%	23	212,01%	45,65%	3	64,78%	50,00%
Petróleo Gás e Bioc.	8	578,01%	46,88%	3	836,69%	50,00%	8	40,25%	50,00%	3	160,48%	41,67%
Saúde	19	2991,35%	51,32%	4	224,46%	50,00%	23	164,35%	51,09%	0	0,00%	0,00%
Tecn. da Inform.	12	89,57%	47,92%	6	32,77%	50,00%	18	12,85%	48,61%	0	0,00%	0,00%
Utilidade Pública	59	1441,85%	50,00%	6	926,95%	50,00%	62	46,47%	50,00%	3	59,91%	50,00%
Qtd. Total	303	-	-	82	-	-	344	-	-	41	-	-

Legenda: PCP = Passivos Contingentes Possíveis; **Qtd.** = quantidade; **Evid.** = Nível de Evidenciação; **Express.** = Expressividade; **L** = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Lucro; **P** = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Prejuízo; **PL+** = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Positivo; **PL-** = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Negativo; **Bioc.** = Biocombustíveis; **Tecn.** = Tecnologia; **Inform.** = Informação; **Ind.** = Industriais; **Cíc.** = Cíclico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No que diz respeito à evidenciação dos Passivos Contingentes Possíveis, pode-se observar que, em média, os maiores níveis de evidenciações das companhias que obtiveram lucro estão nos setores de Saúde, Utilidade Pública, Consumo Não Cíclico, respectivamente. Já nas empresas que obtiveram prejuízo no exercício social, os maiores níveis de evidenciações obtiveram índice médio de 50%, sendo os setores de Comunicações, Consumo Não Cíclico, Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde, Tecnologia da Informação, Utilidade Pública.

Em relação à evidenciação dos Passivos Contingentes Possíveis, as maiores médias de níveis de evidenciações das empresas que obtiveram o patrimônio líquido positivo são: Saúde, Petróleo Gás e Biocombustível, Utilidade Pública, Consumo Não Cíclico, Tecnologia da Informação e Bens Industriais, respectivamente. Já em relação aos maiores níveis de evidenciações das empresas que obtiveram patrimônio líquido negativo é possível destacar os setores de Comunicações, Financeiro, Materiais Básicos, Utilidade Pública, sendo os setores de Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Bens Industriais e Petróleo Gás e Biocombustível os de menores proporções, seguido dos outros setores que não obtiveram evidenciações.

Diante dos resultados expostos na Tabela 7, é possível observar que apenas o setor de Saúde obteve média de nível de divulgação dos passivos contingentes possíveis acima de 50%, tanto na evidenciação das empresas que apresentaram lucro, quanto nas empresas que apresentaram patrimônio líquido positivo, o que mostra que as companhias ainda precisam melhorar para atender a todos os quesitos do CPC 25.

A Tabela 7 também apresenta a média de expressividade das empresas que obtiveram lucro, sendo os setores com maiores médias, respectivamente: Saúde, Utilidade Pública, Bens Industriais, Petróleo Gás e Biocombustível, Consumo Não Cíclico, seguido dos setores com menores médias, respectivamente, Materiais Básicos, Comunicações, Consumo Cíclico, Financeiro. Já nas empresas que obtiveram prejuízo, os setores com maiores médias de expressividade foram, respectivamente: Financeiro, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Utilidade Pública, Petróleo Gás e Biocombustível. As empresas com menores médias de expressividade foram, respectivamente: Comunicações, Saúde, Bens Industriais, Materiais Básicos. É importante salientar que o setor de menor proporção tanto nas empresas que apresentam lucro, quanto nas que apresentaram prejuízo foi o da Tecnologia da Informação.

No que tange a média de expressividade das empresas com patrimônio líquido

positivo, os setores com maiores médias são, respectivamente: Materiais Básicos, Saúde e Bens Industriais. Os setores que apresentam menores médias de expressividade são, respectivamente: Consumo Não Cíclico, Comunicações, e Tecnologia da Informação. Já em relação as empresas que apresentaram patrimônio líquido negativo, os setores com maiores médias são, respectivamente: Financeiro, Comunicações, Consumo Não Cíclico, sendo os de menores proporções, Bens Industriais, Petróleo Gás e Biocombustível, Consumo Cíclico, Materiais Básicos e Utilidade Pública, seguido dos outros setores que não apresentaram níveis de expressividade.

Ainda, pode-se destacar o setor de Saúde, que obteve maior nível de evidênciação (51,32%) e expressividade (2991,35%) dos passivos contingentes possíveis, no que diz respeito as companhias que obtiveram lucro em seu exercício social. O mesmo acontece no setor Financeiro, que obteve maior nível de evidênciação (50%) e expressividade (40221,29%) dos passivos contingentes possíveis, em relação as empresas que apresentaram patrimônio negativo. A expressividade média destes setores alerta sobre os impactos que estes valores se tornassem prováveis e tivessem que ser reconhecidos contabilmente, o que demonstra a importância da adequada evidênciação contábil dos passivos contingentes.

4.4 Análise da evidênciação e da expressividade dos passivos contingentes remotos

A Tabela 8 apresenta a média por setor da evidênciação e expressividade dos Passivos Contingentes Remotos em relação ao Resultado e ao Patrimônio Líquido das empresas componentes da amostra, sendo separadas por setores de atuação, calculadas separadamente por lucro, prejuízo, patrimônio líquido positivo e patrimônio líquido negativo.

Tabela 8: Média por setor da evidênciação e expressividade dos PCRem. em relação ao Resultado e PL

Setor de atuação	Evid. e Express. Resultado						Evid. e Express. PL					
	Qtd.	L	Evid.	Qtd.	P	Evid.	Qtd.	PL+	Evid.	Qtd.	PL-	Evid.
Bens Ind.	2	286,40%	66,67%	1	147,34%	33,33%	3	34,85%	55,56%	0	0,00%	0,00%
Consumo Cíclico	3	281,75%	66,67%	2	66,67%	62,35%	4	110,37%	66,67%	1	0,55%	66,67%
Consumo Não Cíc.	3	1310,40%	55,56%	0	0,00%	0,00%	2	1,08%	66,67%	1	17,17%	33,33%
Financeiro	2	55,33%	66,67%	3	94,30%	55,56%	5	8,25%	60,00%	0	0,00%	0,00%
Materiais Básicos	1	0,02%	66,67%	1	4,85%	66,67%	1	0,02%	66,67%	1	4,07%	66,67%
Petróleo Gás e Bioc.	0	0,00%	0,00%	1	125,84%	66,67%	1	35,86%	66,67%	0	0,00%	0,00%
Saúde	0	0,00%	0,00%	1	8,99%	66,67%	1	0,26%	66,67%	0	0,00%	0,00%
Utilidade Pública	9	15,06%	66,67%	1	237,44%	66,67%	10	6,50%	66,67%	0	0,00%	0,00%
Qtd. Total	20	-	-	10	-	-	27	-	-	3	-	-

Legenda: PCRem. = Passivos Contingentes Remotos; Qtd. = quantidade; Evid. = Nível de Evidênciação; Express. = Expressividade; L = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Lucro; P = Média Expressividade Empresas que tiveram Resultado Prejuízo; PL+ = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Positivo; PL- = Média Expressividade empresas com Patrimônio Líquido Negativo; Bioc. = Biocombustíveis; Tecn. = Tecnologia; Inform. = Informação; Ind. = Industriais; Cíc. = Cíclico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Em relação a evidênciação dos Passivos Contingentes Remotos, é possível observar que os maiores níveis de evidênciação das companhias que obtiveram lucro estão nos setores de Bens Industriais, Consumo Cíclico, Financeiro, Materiais Básicos e Utilidade Pública, todos com 66,67% de índice de divulgação. Já nas empresas que obtiveram prejuízo no exercício social, os maiores níveis de evidênciações estão nos setores de Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde e Utilidade Pública. É importante destacar que os setores de bens industriais e utilidade pública apresentaram maiores níveis de divulgação tanto nas companhias com lucro como naquelas que obtiveram prejuízo no exercício.

No que diz respeito à evidênciação das empresas que estão com patrimônio líquido

positivo, em média, os maiores níveis foram encontrados nos setores de Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Materiais Básicos, Petróleo Gás e Biocombustível, Saúde, Utilidade Pública. Já em relação a divulgação das empresas que estavam com patrimônio líquido negativo podemos destacar, em média, os setores de Consumo Cíclico e Materiais Básicos.

A Tabela 8 também evidencia a média de expressividade das empresas que obtiveram lucro, sendo os setores com maiores médias, respectivamente: Consumo Cíclico, Bens Industriais e Petróleo Gás e Biocombustíveis. Já nas empresas que obtiveram prejuízo, os setores com maiores médias de expressividade foram, respectivamente: Utilidade Pública, Bens Industriais, Petróleo Gás e Biocombustível e Financeiro. As empresas com menores médias de expressividade foram, respectivamente: Consumo Cíclico, Saúde e Materiais Básicos, seguido dos outros setores que não obtiveram médias.

No que tange a média de expressividade das empresas com patrimônio líquido positivo, os setores com maiores médias são, respectivamente: Consumo Cíclico, Petróleo Gás e Biocombustível e Bens Industriais. Já em relação as empresas que apresentaram patrimônio líquido negativo, os setores com maiores médias foram Consumo Não Cíclico e Materiais Básicos.

Ainda, é possível salientar o setor de Utilidade Pública que obteve maior nível de evidenciação (66,67%) e expressividade (237,44%) dos passivos contingentes remotos, no que diz respeito as empresas que obtiveram prejuízo. O mesmo acontece no setor de Consumo Cíclico, que obteve maior nível de evidenciação (66,67%) e expressividade (110,37%) dos passivos contingentes remotos, em relação as empresas que apresentaram patrimônio líquido positivo.

5 CONCLUSÕES

No que compete a evidenciação obrigatória, é possível constatar, com base nos resultados, que as companhias ainda precisam melhorar o nível de divulgação em notas explicativas das provisões e passivos contingentes possíveis, para atender plenamente o CPC 25, a divulgação completa destas informações é importante para os usuários externos poderem realizar suas projeções.

Em relação a evidenciação voluntária dos passivos contingentes remotos, os setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico apresentaram maior média de evidenciação e maior média de expressividade, o que pode representar possíveis tendências destes setores a divulgar suas contingências remotas, mesmo sem a obrigatoriedade do CPC 25, o que é positivo para fins informativos aos usuários externos.

No que concerne a natureza das Provisões e Passivos Contingentes Possíveis e Remotos identificados na pesquisa, foi observado que os tipos mais recorrentes existentes nas companhias da amostra são respectivamente: trabalhista, cível e tributária. Verificou-se que a categoria ambiental apareceu em menor quantidade, entretanto, ela apresentou números consideráveis nas provisões (44) e nos passivos contingentes possíveis (43). No que tange aos passivos contingentes os resultados corroboraram os achados de Sanson e Souza (2018).

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa se restringem a amostra e período analisados, não podendo ser excedidos para outras companhias e/ou períodos diferentes.

Como sugestão para pesquisas futuras, poderia ser realizada uma análise temporal, por meio de ferramental estatístico, do nível de evidenciação e representatividade das provisões e dos passivos contingentes.

REFERÊNCIAS

- CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; MESQUITA, K. M. P. Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, n. 37, p. 91-109. (2018).
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25**, de 26 de junho de 2009. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Dispõe sobre os Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras**. Rio de Janeiro: CMV, 2020. Disponível em <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0220.html>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- DE LUCA, M. M. M.; MOURA A. A. F.; NASCIMENTO, F. S. P. Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2010. **Anais...** Belo Horizonte, MG. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/749>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- FABRE, V. V.; ROSA, F. S.; BORNIA, A. C. Disclosure Voluntário no Poder Legislativo das Capitais Brasileiras: Verificando as Ações Praticadas pela Casa do Povo. In: VII ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA- EnAPg, 2016. **Anais...** São Paulo - SP, 2016.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018
- JESUS, S. S.; SOUZA, M. M. Impacto do Reconhecimento dos Passivos Contingentes na Situação Econômica das empresas Auditadas pelas Big Four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v.10, n. 2, p. 43-63, 2016.
- JORNAL VALOR ECONÔMICO. **Prejuízo com provisões para perdas judiciais cresceu em 88 bilhões no ano de 2020**. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/10/provisao-para-perdas-judiciais-cresce-mais-r-88-bilhoes-em-2020.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- KUERZI, R. **Implicações Contábeis do Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/03/br-implicacoes-contabeis-covid19.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- LEITE, J. R. **Evidenciação de provisões e passivos contingentes (IAS 37/CPC 25): análise comparativa entre Brasil e França, 2018**. Dissertação (MPGC) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 14 maio 2022.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. Revista Atual e Modernizada. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, A.G.; MÜLLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista da FAE**, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez., 2000.

- OLIVEIRA, C. **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: Uma análise de empresas listadas na BM&FBovespa.** Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC, 2016.
- PRADO, F. J. **Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA.** 2014. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.
- PEREIRA, D. M. V. G. **Um estudo sobre a relação entre o lucro contábil e o disclosure das companhias abertas do setor de materiais básicos: evidências empíricas no mercado brasileiro de capitais.** 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFPE/UFRN, Recife, 2008.
- PEREIRA, J. C. S.; SILVA, R. C. Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil. **Revista Digital Simonsen**, 2006.
- PINTO, H. Q.; PIRES, M. C. P. Assimetria de Informações e Problemas Regulatórios. 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. 15. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2014.
- ROSA, B. B. D.; SOUZA, M. M. Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. In: 7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2017.
- SANSON, D. P.; SOUZA, M. M. **Características associadas ao nível de evidenciação dos passivos contingentes das companhias de capital aberto brasileiras.** Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC, 2018.
- SOUZA, C. B.; SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Valor de mercado e *disclosure* voluntário: estudo empírico em companhias listadas na BMFBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, Natal-RN, v. 6. n. 2, p. 94-115, 2014.
- SOUZA, M. M.; BORBA, J. A. Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 77-92, 2017.
- SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da Unifebe**, v. 1, n. 11, 2013.
- SCHIPPER, K. Required disclosures in financial reports. **The Accounting Review**, v. 82, n. 2, p. 301-326, 2007.
- VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.
- VIVIANI, S.; FERNANDES, F. C. Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. In: 38º ENCONTRO DA ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.